



• U C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Mestrado em Economia Local

Os concelhos industriais em Portugal. Vantagem ou desvantagem?

Orientador: Pedro Nogueira Ramos

João Miguel da Silva Ferreira

Coimbra, 25 de Fevereiro de 2011



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Mestrado em Economia Local

Os concelhos industriais em Portugal. Vantagem ou desvantagem?

Orientador: Pedro Nogueira Ramos

João Miguel da Silva Ferreira

Coimbra, 25 de Fevereiro de 2011

Resumo

Numa economia mundial fortemente globalizada qualquer perturbação ou ajustamento tem repercussões e impactos em todas as economias e regiões do mundo.

Uma dessas manifestações ou alterações que se evidenciam entre países e mais especificamente ao nível regional é o fenómeno da desindustrialização.

Este fenómeno é actualmente caracterizador das economias desenvolvidas do hemisfério Norte, que se debatem e deparam com esta problemática, com forte incidência ao nível das economias e dinâmicas locais.

Aliado a este fenómeno surgem uma série de repercussões ao nível económico e social, onde o flagelo do desemprego e todo o seu impacto ao nível do território é sem dúvida uma das principais consequências.

Surgem assim teorias que defendem que a desindustrialização é um sintoma do declínio económico, no entanto, a contrapor esta ideia, outras defendem que é um sinal do progresso económico, no sentido de uma economia com um peso cada vez menor do sector industrial, onde a presença relativa do emprego industrial diminui continuamente.

A presente dissertação tem como objectivo investigar o processo de desindustrialização através do seu impacto ao nível regional, mais especificamente nos concelhos portugueses. Com isto, pretende-se analisar se actualmente ser um concelho industrial em Portugal se afigura uma vantagem ou desvantagem.

Palavras-chave: Concelhos industriais, Desindustrialização

Códigos de classificação JEL: R00, R1

Abstract

In a strongly globalized world economy any change or manifestation, around adjustments, has repercussions and impacts in all the economies and regions worldwide.

One of the most prominent changes, both between countries and more specifically between regions, is the deindustrialization.

This phenomenon is a defining characteristic of the northern hemisphere economies that struggle with this problem, particularly among the economies and local dynamics.

Due to this phenomenon, a series of economic and social repercussions emerge, unemployment, and all its impact, one of the main consequences.

Thus, theories appear which defend that this deindustrialization is a symptom of the economical decline. However, opposing to these theories, others defend that it is a signal of the economical progress leading to the decreasing importance of the industrial sector in economy, where the industrial employment continuously diminishes.

The present dissertation has as main goal to investigate the process of the referred deindustrialization and its regional impact, more specifically in industrial municipalities. As such it is intended to analyze whether being an industrial municipality in Portugal is, in fact, an advantage or disadvantage.

Keywords: Industrial Municipalities, Deindustrialization

JEL Classification Numbers: R00, R1

Nota de agradecimento

Obrigado mãe.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Desindustrialização: definição, causas e consequências. A sua transversalidade ao nível nacional e regional	3
3. O caso português: metodologia de determinação dos concelhos industriais.	13
4. Até que ponto em Portugal é uma vantagem ou desvantagem ser um concelho industrial?	18
5. Conclusão	30
Bibliografia	33

1. Introdução

Julga-se hoje que as especificidades económicas regionais são fortemente influenciadas pela economia mundial, e pelo seu grau de internacionalização e globalização ao nível das actividades económicas e dos seus agentes, ajustando uma dinâmica de propensão ao nível regional pautada pelas tendências ao nível transnacional, com efeitos directos, nomeadamente ao nível da desindustrialização.

O fenómeno da desindustrialização e as suas repercussões e impactos ao nível regional são na actualidade debatidos e encarados pela opinião pública em geral e pelos decisores e actores políticos em particular de forma bastante apreensiva. Deste modo, surge esta dissertação, na tentativa de abordar este fenómeno com o seu enfoque ao nível regional, e em específico, no caso português e dos seus municípios.

O objectivo desta dissertação assenta no desígnio de investigar o processo de desindustrialização e o seu impacto ao nível regional, mais especificamente nos concelhos portugueses, averiguando até que ponto em Portugal é uma vantagem ou desvantagem actualmente ser um concelho industrial.

Pretende-se assim estudar os concelhos industriais em Portugal, pelo que se torna imperativo perceber as razões do fenómeno da desindustrialização e a forma como determinadas regiões lidaram e assistiram com o declínio industrial.

Este fenómeno é associado a um declínio económico presente e caracterizador de determinadas regiões. No entanto, para desmistificar esta ideia e esta concepção, surgem determinados estudos e teorias que defendem e alegam que é uma consequência natural do progresso económico, nomeadamente do próprio aumento da produtividade industrial.

Este é um fenómeno evidente nos países desenvolvidos, com consequências, repercussões e impactos negativos para os territórios, ao nível do dinamismo e desenvolvimento económico - se quisermos a sua sustentabilidade de longo-prazo - e ao nível social.

Aliado a isto, estão associadas deslocalizações e desmantelamento das unidades industriais, onde outrora grandes territórios industriais, com um bom dinamismo

económico e uma boa dinâmica empresarial se transformam, ou pelo menos assim se começa a proceder, em zonas deprimidas.

Com efeito, inevitavelmente surge o desemprego e todas as suas consequências e impactos ao nível social e cumulativamente na sua economia, como que de um processo em cadeia se tratasse e que no fundo se evidencia.

Todavia, apesar de este fenómeno ter consequências e impactos negativos, nomeadamente ao nível regional, os benefícios futuros de médio e longo-prazo deste ajustamento poderão ser vantajosos, nomeadamente para os concelhos que outrora foram grandes territórios industriais.

Como tal, devido a esta problemática assistida actualmente nos países desenvolvidos, este impacto e estas dinâmicas seriam de manifesto interesse abordar ao nível regional e mais especificamente no caso português, com o enfoque ao nível concelhio.

Desta forma, na secção dois, será abordado este fenómeno, face á sua transversalidade ao nível nacional e regional. Definindo, contextualizando e abordando as suas causas e consequências, procurando compreender este fenómeno e os seus impactos ao nível regional.

Após este enfoque na discussão do tema em torno da diversa bibliografia discutida por variados autores, e na sua exposição em torno deste tema, proceder-se-á na secção três à abordagem do caso específico português, com a definição de uma metodologia de determinação dos concelhos industriais em Portugal.

Este é o passo indispensável para a determinação efectiva dos concelhos industriais, que serão objecto de estudo e de análise nesta dissertação. A partir deste momento, será possível analisar os concelhos industriais seleccionados na metodologia, interpretando e analisando um conjunto de indicadores alocados a diversas dimensões: económicas e sociais, ambientais, culturais, saúde e educação.

Analisando os indicadores pertencentes a estas dimensões para cada grupo de concelhos (concelhos industriais e concelhos não industriais), será possível aferir até que ponto em Portugal é uma vantagem ou desvantagem actualmente ser um concelho industrial. Este é o objectivo da secção quatro. A secção cinco são as conclusões.

2. Desindustrialização: definição, causas e consequências. A sua transversalidade ao nível nacional e regional

O objectivo desta dissertação é estudar os concelhos industriais em Portugal, pelo que é essencial compreender as razões porque algumas regiões assistiram, e como lidaram, com o declínio industrial. À partida as razões para este declínio deverão ser as mesmas que contribuíram para a desindustrialização de muitos países, ditos industrializados. É por este motivo que a análise é efectuada focando o problema ao nível nacional e não só ao nível regional.

Atendendo às características inerentes a cada país – históricas, culturais, sociais e económicas – o declínio do emprego industrial, e como tal, uma tendência para a desindustrialização, não foi um processo de alavancagem global. A par dos Estados Unidos da América (1960), temos o Japão, onde o declínio da percentagem do emprego industrial começou na década de 1970. No período pós 1970, um grande número de cidades no Reino Unido, debateu-se com este fenómeno (Digaetano e Lawless, 1999). A desindustrialização fez disparar as taxas de desemprego, cujo valor se situava ainda abaixo dos 10% na década de 1970, no Reino Unido (Digaetano e Lawless, 1999).

Desde meados da década de 1960, os Estados Unidos da América alteraram o perfil da sua economia, passando da indústria transformadora para os serviços. Esta alteração, referida como desindustrialização envolve um sistemático e generalizado desinvestimento nos principais centros de indústria transformadora deste país (Brady e Wallace, 1998). A desindustrialização tem consequências tanto de curto-prazo como de longo-prazo (Brady e Wallace, 1998). No curto-prazo a grande mobilidade de capital resulta numa deslocação de trabalhadores (Brady e Wallace, 1998). No longo-prazo, esta deslocação de trabalhadores, que têm a fortuna de encontrar novos empregos, assenta em empregos de baixos salários, benefícios laborais limitados, sem protecção sindical, insegurança laboral (Brady e Wallace, 1998) e assistindo a significativas e permanentes perdas ao nível salarial (Brady e Wallace, 1998).

A desindustrialização é um processo de mudança estrutural onde o declínio da presença relativa do sector transformador no produto nacional, essencialmente nos anos do pós segunda guerra mundial é análogo ao declínio do sector primário nos anos anteriores

(Rowthorn e Ramaswamy, 1997). Esta tendência de desindustrialização, reflectido a nível internacional entre nações, mas especificamente em termos regionais, poderá segundo estes autores ser explicada pelo próprio dinamismo industrial.

A desindustrialização é vista como uma evidência do declínio económico, no entanto, contrapondo esta ideia, surge a de que é uma consequência natural do progresso económico. Este fenómeno nos países desenvolvidos, não tem ainda uma explicação consensual, sendo no entanto um fenómeno que causa grande apreensão nos agentes económicos, nos decisores políticos e *opinion makers* destes países que coincidiu com o rápido crescimento das exportações da indústria, de países como a China e o Brasil (The Economist, 1997).

Várias explicações são apontadas para a causa da desindustrialização. A primeira assenta na ideia de que á medida que um país/região enriquece, os consumidores quererão adquirir relativamente menos produtos provenientes da indústria transformadora e relativamente mais produtos provenientes do sector dos serviços. A segunda explicação assenta na alegada migração dos empregos industriais dos países ricos, para os países pobres (The Economist, 1997).

Uma outra explicação apontada para a desindustrialização dos países e regiões poderá fundamentar-se na competitividade (ou a ausência dela) da economia (nomeadamente a portuguesa, entre outras), que resulta em última instância de determinados países (como Portugal) não poderem desvalorizar a sua moeda. Neste sentido, a desindustrialização decorre mais por factores afectos á procura, por perda de competitividade, do que por factores afectos á oferta (como a inelasticidade da oferta de trabalho) (Souza, 2009). De facto, isto deve-se essencialmente, á taxa de câmbio real, e às oscilações desta, e a respectiva possibilidade de determinados países, poderem ou não intervir neste sentido. Estas flutuações cambiais, são com efeito, uma directriz de competitividade sujeita á concorrência internacional, nomeadamente na indústria transformadora, onde estas flutuações, ditam o carácter mais ou menos dispendioso dos produtos deste sector (e por analogia, da sua competitividade), no mercado global, sujeito á sua concorrência.

Tomemos como exemplo o caso japonês, onde as indústrias começaram a aumentar a produção externamente (deslocalizando a produção para fora do Japão) face ao aumento da competição ao nível global e ao aumento do valor do yen (Banasick e Hanham, 2007). Enfatizando, as razões apontadas para a quebra do emprego industrial ao nível

regional por todo o país são: a subida o valor do yen, aumento da competição, e a deslocalização da produção para fora do país (Banasick e Hanham, 2007).

Esta competitividade (ou falta dela) a par das flutuações das taxas de câmbio (e a possibilidade ou não de as influenciar autonomamente), pode ser afectada por outras componentes, como altos impostos (tributados ás empresas), infra-estruturas degradadas e/ou desarticuladas com as necessidades sectoriais (ao nível do escoamento de produtos e no abastecimento de matérias-primas, influenciando os custos de transporte, que são uma componente fundamental numa tomada de decisão ao nível da localização) e leis laborais rígidas. Tudo isto pode afectar a competitividade da indústria, e em última instancia o seu eventual desmantelamento, deslocalização e a sua capacidade de atrair investimento directo estrangeiro neste sector.

Como referem Banasick e Hanham (2007) a performance da economia regional é influenciada pelo investimento directo estrangeiro e pelo comércio internacional. Nos anos recentes as empresas multinacionais japonesas expandiram consideravelmente uma grande percentagem da sua produção para a China e para outros locais do mundo.

Segundo a Comissão (2004) a desindustrialização e as políticas relacionadas com a competitividade estão intrinsecamente correlacionadas. As políticas de apoio á competitividade irão contribuir para refrear o processo de desindustrialização abrupta que se verifica para uma transição suave e faseada, rumo a uma economia industrial moderna. Esta transição conduzirá a uma série de alterações e transformações, nomeadamente na distribuição sectorial ao nível dos postos de trabalho.

Enquanto estas alterações estruturais se continuarem a verificar, a mão-de-obra com habilitações literárias inferiores, terá cada vez mais dificuldade em voltar a obter emprego, nomeadamente no sector dos serviços (Comissão, 2004).

A realocização das actividades industriais é um reflexo das vantagens comparativas em mudança. Este processo em curso, levará algum tempo a concluir-se e envolverá consideráveis custos de ajustamento, daí a necessidade de uma força de trabalho adaptável com competências de nível superior.

A contrapor estes argumentos explicativos do fenómeno da desindustrialização, surge por parte do FMI, uma nova explicação. Esta estabelece a ideia de que a grande principal causa para a desindustrialização, assenta no aumento da produtividade. Esta

estará a crescer muito mais rapidamente na indústria comparativamente com os serviços (The Economist, 1997; Rowthorn e Ramaswamy, 1997).

Nesta perspectiva, “a desindustrialização é um declínio de longo-prazo (não cíclico) do sector transformador, que reflecte o rápido crescimento da produtividade neste sector, e os consequentes aumentos dos rendimentos reais e a crescente procura da produção no sector dos serviços. Nestas condições, a queda da percentagem do sector transformador no PIB, reflecte um processo de mudança estrutural em direcção a uma economia dominada pelos serviços” (Comissão, 2004).

Um elevado crescimento da produtividade no sector transformador contribuiu para elevar os rendimentos reais e para tornar os bens deste sector, relativamente mais baratos do que os bens produzidos no sector dos serviços (Comissão, 2004). Segundo Marquis e Trehan (2009), o emprego no sector transformador nos Estados Unidos da América, aumentou de forma mais lenta comparativamente com o sector dos serviços, enquanto o preço relativo dos bens provenientes do sector transformador diminuiu. O crescente aumento da produtividade no sector da indústria transformadora é apontado como a principal explicação.

Assim, inevitavelmente a percentagem do sector transformador no produto nacional a preços constantes, e no emprego, registará tendencialmente uma descida (Comissão, 2004).

A transformação estrutural continuada das nossas economias, com um peso cada vez maior do sector dos serviços, é economicamente inevitável. Daqui decorrerão necessariamente alguns fenómenos de deslocalização e outros ajustamentos que geram dificuldades económicas e sociais para aqueles que são directamente afectados (Comissão, 2004).

Como foi o caso do *hollowing out* ao nível regional da indústria japonesa, que conduziu a um declínio da competitividade internacional do Japão, desindustrialização, e o problema de “buracos estruturais”; onde outrora prósperas regiões industriais, começaram a evidenciar um declínio ao nível económico e social (Cowling e Tomlinson, 2001). Em todos os municípios, o Japão evidenciou, um decréscimo do output real, do número de empresas, e do emprego, como consequência do declínio do sector industrial (Cowling e Tomlinson, 2001).

Embora seja inegável que estes ajustamentos possam ser onerosos para as economias locais, a melhor afectação de recursos, deles resultantes, irá influenciar positivamente o rendimento e bem-estar a nível nacional (Comissão, 2004).

A importância crescente dos serviços na economia, não implica contudo um declínio da produção industrial. Com efeito, até ao momento, apesar do decréscimo do emprego na indústria, este processo tem estado associado a um crescimento contínuo da produção em valor real, possibilitado pelo aumento constante da produtividade industrial (Comissão, 2004).

A produtividade na indústria aumentou mais rapidamente comparativamente ao sector dos serviços, isto naturalmente alterou a estrutura do emprego. Pois o aumento da produtividade promove a redução de efectivos nas unidades industriais (inovações tecnológicas, por exemplo) onde para a linha de produção, são necessários menos trabalhadores, devido aos ganhos de produtividade. Isto provoca uma transferência destes trabalhadores e deste emprego para os serviços, onde mais trabalhadores são necessários. Estes ganhos e melhorias na produtividade, são um processo semelhante ao que se verificou com a agricultura na revolução industrial a partir do século XVIII, onde os ganhos de produtividade e o aumento dos mesmos, provocou uma transferência de emprego da agricultura para a indústria (The Economist, 1997).

Há uma óbvia similaridade entre os dois processos: o aumento da produtividade na agricultura fez com que fossem necessários menos trabalhadores neste sector, havendo uma transferência desta mão-de-obra para o sector industrial, que se iniciava e estava em franca expansão. Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1997) “dois factores explicam a alteração. O primeiro é a lei de Engel – onde a proporção do rendimento gasto em bens alimentares, diminui á medida que o rendimento *per capita* aumenta – o que leva a uma alteração na tendência da procura de produtos agrícolas para produtos do sector transformador (e posteriormente para os serviços, com o crescimento económico). O segundo factor, no lado da oferta, é o rápido aumento da produtividade de trabalho na agricultura, face a um conjunto de novas inovações”, á semelhança do que se verifica hoje no sector da indústria transformadora.

O efeito combinado de factores do lado da procura e da oferta tem como consequência a transferência do emprego da agricultura para a indústria (assim como para os serviços), (Rowthorn e Ramaswamy, 1997). Daí a explicação para o declínio em termos relativos

da população empregada na indústria. Este facto verifica-se sobretudo nos países desenvolvidos (o momento depende das próprias particularidades e especificidades sociais, económicas, culturais e históricas), tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, Japão e particularmente em Portugal.

A desindustrialização é principalmente explicada por factores que são internos às economias desenvolvidas – como resultado das interacções ao longo das alterações das preferências, das tendências entre a indústria e os serviços, o rápido crescimento da produtividade na indústria em comparação com os serviços, e o declínio relativo dos preços da indústria (Rowthorn e Ramaswamy, 1999).

A desindustrialização não é necessariamente um sintoma da falha do sector industrial de um país, ou mesmo da economia. Pelo contrário, a desindustrialização poderá ser simplesmente o resultado natural de um processo de desenvolvimento económico de sucesso (The Economist, 2005).

Todavia isto não quer dizer, que por vezes, esta não possa estar associada a dificuldades no sector industrial, ou na economia. Um país pode perder emprego industrial, como um resultado de um choque adverso (como uma depreciação na taxa de cambio real ou mesmo por um aumento da produtividade do sector industrial), e o sector dos serviços poderá ser incapaz de absorver na totalidade os empregos perdidos na indústria. Neste caso, a desindustrialização poderá ser associada a um aumento do desemprego (Rowthorn e Ramaswamy, 1997).

Á medida que o peso da indústria continua a diminuir, numa economia, o crescimento global, irá depender em forte medida, no impulsionar da produção no sector dos serviços. As políticas deverão como tal, focar-se na remoção de obstáculos (como por exemplo as barreiras ao comércio) para que tal produção aumente e crie um mercado de trabalho onde os trabalhadores possam movimentar-se livremente dos empregos fabris para os serviços (The Economist, 1997).

Esta tendência verificada por uma crescente perda de importância relativa do emprego industrial face ao emprego total, com um aumento da importância por parte do emprego no sector terciário, evidenciado a nível mundial entre nações, poderá efectivamente explicar esta igual tendência ao nível regional.

Em regiões marcadamente industriais, onde a sua vantagem comparativa é a indústria, a desindustrialização pode provocar consequências inevitáveis ao nível económico e social. Associado a elevadas taxas de desemprego, quebra na base económica regional, levando a uma depressão territorial da região. Estas regiões perdem competitividade e dinamismo económico, tornando-se em zonas enfraquecidas. A fuga da sua força de trabalho, nomeadamente jovens, para regiões mais competitivas, com mais emprego, pode enfatizar esta consequência.

A desindustrialização e a integração europeia, deixaram marcas profundas na economia urbana do velho continente. Os terrenos industriais abandonados e os seus edifícios contíguos, não são o único sinal disso. As populações dos antigos centros industriais prósperos estão dramaticamente a diminuir. As estatísticas demonstram que cidades como Kassel e Magdeburg (Alemanha) têm elevados níveis de desemprego e um grande número de pessoas como beneficiários da segurança social. Simultaneamente, é claro que uma nova base económica está a emergir, pelo menos nas grandes cidades: o sector dos serviços. Contudo, apenas um pequeno grupo de cidades, até agora, beneficiou do potencial económico deste sector (Martin Gornig, 2005).

Nos Estados Unidos da América, á semelhança de algumas regiões europeias, a desindustrialização deixou sequelas. Tomemos como exemplo, o município de Lake, Indiana (EUA), onde a desindustrialização coincidiu com alterações económicas e sociais avassaladoras, para o centro urbano deste município no leste de Chicago: declínio de escolas, desagregação familiar, toxicodependência e violência. Para enfatizar estes problemas sociais está o empobrecimento de milhares de famílias deste município (Brady e Wallace, 1998).

Como já verificamos, mesmo uma desindustrialização benévola, decorrente do aumento da produtividade industrial, pode ser traumática e com consequências irreparáveis ao nível regional e do território. Muitos trabalhadores que perdem o emprego na indústria, vão ter de passar um período doloroso de adaptação, aceitar e aprender um emprego diferente – provavelmente nos serviços. Este novo emprego poderá ser pior remunerado que o industrial, porque é preciso começar de novo, aprender, qualificar-se, quando muitas vezes na indústria já se era um trabalhador experiente. Esta adaptação também pode envolver o ter de migrar para outra região, onde os empregos terciários existam.

Mesmo que num país o declínio do emprego na indústria seja compensado por mais emprego nos serviços, este não tem que estar – sobretudo no curto-prazo – na mesma região onde se localizava a indústria. Posto isto, algumas regiões entram em declínio (processo que pode ser invertido ou não posteriormente).

Segundo John Haugen, (2005) existe um problema económico regional, se houver um crescimento reduzido do PIB *per capita*, elevado e persistente desemprego, forte dependência da indústria, declínio da indústria, infra-estruturas inadequadas, e uma rede de migração de uma região para outras.

A desindustrialização provoca um acentuar das assimetrias entre regiões, e das suas iniquidades, especialmente em regiões de base económica industrial, devido á sua dependência da indústria transformadora. Pois este sector está mais sujeito às oscilações da conjuntura económica e ao carácter (mais ou menos) cíclico das crises, sendo este sector mais afectado, por estas oscilações. Nomeadamente ao nível do desemprego, seja pela racionalização de custos, seja pelo encerramento de empresas, em momentos recessivos.

Vejamos a cidade de Sheffield, Reino Unido, que experienciou uma desindustrialização massiva durante a década de 1980. Entre 1981 e 1991 houve uma perda líquida de 30.000 empregos nesta cidade, com uma perda absoluta no sector transformador de mais de 36.000 empregos (Digaetano e Lawless, 1999).

Posto isto, á medida que o sector dos serviços aumenta o seu peso relativo no total da economia, e pelo contrário, o sector industrial diminui, as regiões mais prósperas (onde a sua base económica assenta nos serviços) continuam mais prósperas e as regiões menos prósperas (onde a sua base económica assenta na industria) continuam menos prósperas. Isto verifica-se devido a vários factores. O primeiro, assenta no facto de o mercado de trabalho sofrer uma grande contracção devido aos empregos perdidos no sector industrial, que não são absorvidos por empregos no sector dos serviços, havendo uma deslocação para outras regiões, causando ainda mais desemprego. Segundo, as gerações mais jovens assentam as suas expectativas no facto de existirem menos oportunidades nas regiões mais pobres, e decidem deslocar-se para estudar e/ou trabalhar nas regiões mais ricas, causando uma deslocação de força de trabalho produtiva das regiões mais pobres para as mais ricas. Terceiro, á medida que as empresas encerram e/ou se tornam menos produtivas, a quantidade de riqueza gerada

que depois é distribuída e investida na região, via impostos ou via filantropia, diminui, causando uma redução de investimentos tanto de cariz social como económico, nomeadamente ao nível de infra-estruturas regionais, causando uma perda de qualidade de vida e de competitividade (John Haugen, 2005).

Todavia apesar das regiões marcadamente industriais serem perdedoras neste processo, a verdade é que no interior de um país há importantes mecanismos de solidariedade inter-regional. Nas regiões perdedoras há desemprego, mas por outro lado, estas regiões, apesar deste flagelo, beneficiam (tanto as pessoas como as regiões) de subsídios de desemprego – pagos por impostos colectados maioritariamente nas regiões ganhadoras.

São também geralmente adoptados programas de investimento em benefício das regiões em declínio – investimento este realizado através de recursos com proveniência nas regiões ganhadoras. O problema é que estes mecanismos são geralmente transitórios e se não forem suficientes, ou se a partir de certa altura começarem a diminuir, sem que as regiões perdedoras arranquem, só restará uma solução para os habitantes destas regiões: migrar para outras regiões ou para o estrangeiro. Para sustentar este fenómeno migratório, vejamos o argumento de Genaro e Melchor (2009): o aparecimento destes fluxos migratórios, sucedem-se quando existem disparidades ao nível regional, nomeadamente no rendimento *per capita*.

Se estas migrações forem muito intensas, e a densidade populacional ficar muito reduzida em determinadas regiões, pode gerar-se um problema de perda de escala. Daqui advém, que nas regiões em declínio, não haja população suficiente, para viabilizar a instalação de novas indústrias, e no limite, pode não justificar inclusive, a manutenção de determinados serviços.

É este mecanismo que pode tornar o processo cumulativo. No entanto, em Portugal, este cenário ainda não se evidencia. Onde ocorre este fenómeno de rarefacção da população é nas regiões antes dependentes da agricultura e não nos concelhos industriais – que continuam a ter densidades populacionais elevadas.

Apesar de todas as implicações e consequências que o processo de desindustrialização representa e acarreta, na verdade este processo não deve ser visto necessariamente no longo-prazo como algo negativo. Como verificámos, nomeadamente no curto-prazo, este processo poderá ter impactos negativos, mas no longo-prazo este processo de

transição pode trazer benefícios. O mesmo se verificou na revolução industrial, onde no curto-prazo a transição da agricultura para a indústria teve impactos e consequências inegáveis ao nível regional. Contudo, no longo-prazo verificou-se um forte e próspero desenvolvimento e progressos significativos ao nível económico e social.

O mesmo deverá suceder, neste novo processo – da indústria para os serviços. Como foi referido anteriormente, o processo de desindustrialização, poderá não significar um sintoma de declínio económico, tanto do sector industrial, como da economia. De facto, Genaro e Melchor, (2009) referem que em Espanha, o sector dos serviços impulsionou o aumento do PIB *per capita* ao nível regional.

Efectivamente, o desenvolvimento de actividades nos serviços tem desempenhado um papel fundamental como complemento do sector industrial. Em alguns casos, o sector dos serviços tem sido decisivo na localização de indústrias (transportes, serviços às empresas, por exemplo) (Genaro e Melchor, 2009).

O progressivo avanço dos serviços em termos de emprego e produção, o crescimento da liberalização do comércio internacional nos serviços, e acima de tudo, o elevado valor estratégico de determinadas actividades terciárias (telecomunicações, serviços às empresas, transportes, etc.) está a levar os analistas a sublinhar a grande importância que os serviços desempenham e continuarão a desempenhar ao nível do crescimento económico regional e nacional (Genaro e Melchor, 2009). Existe uma relação positiva importante entre a presença dos serviços, a criação de empregos e as dinâmicas laborais (Cuadrado-Roura, Iglesias-Fernandez, Lorente-Heras, 2002).

Os países com elevados níveis de terciarização evidenciam uma contribuição positiva para o aumento da mobilidade laboral (Cuadrado-Roura, Iglesias-Fernandez, Lorente-Heras, 2002). Os serviços são a actividade que mais contribui para a criação de emprego (Cuadrado-Roura, Iglesias-Fernandez, Lorente-Heras, 2002).

O papel que o sector dos serviços tem desempenhado no crescimento, em particular a influência que este sector tem desempenhado no crescimento da produtividade e do emprego é notório (Genaro e Melchor, 2009).

O objectivo deste trabalho é examinar até que ponto em Portugal as regiões tradicionalmente industriais sofreram com este processo de desindustrialização. A questão é se a indústria se terá tornado uma desvantagem para as regiões.

Com este efeito, na secção seguinte irá ser exposta a metodologia utilizada para determinar os concelhos industriais em Portugal, a partir do qual permitirá analisar e aferir posteriormente a (des) vantagem de ser um concelho industrial em Portugal.

3. O caso português: metodologia de determinação dos concelhos industriais.

O primeiro passo para discutir as consequências da desindustrialização no plano Regional em Portugal consistiu na identificação dos concelhos industriais.

Neste estudo, dos 308 municípios portugueses, foram seleccionados para a análise 278, correspondentes aos municípios de Portugal continental, excluindo-se, as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Para a escolha dos concelhos industriais, face ao universo dos 278 municípios, foram construídos dois indicadores, o primeiro baseado nos censos de 2001 (IC) e o segundo baseado nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade de 2008 (IQP). Estes indicadores foram construídos do seguinte modo:

$$IC = \frac{\textit{Emprego na Industria Transformadora por município}}{\textit{Emprego total por município}} \times 100$$

$$IQP = \frac{\textit{Emprego no Sector Secundário por município}^1}{\textit{População 25 – 65 anos residente no concelho}} \times 100$$

Foram construídos dois indicadores, pois pese embora, o IQP ter a vantagem de ser mais actual, no entanto: (1) a informação dos censos é por natureza mais exhaustiva que a dos Quadros de Pessoal; (2) o IQP não foi construído, dado o modo como pudemos aceder aos dados, só com base no emprego na Industria transformadora, mas sim com

¹ Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

todo o emprego no sector secundário (incluindo a Indústria extractiva, energia, construção, etc.); (3) no IC o numerador e o denominador referem-se ao local de residência das pessoas, enquanto no IQP, o numerador está numa óptica de local de trabalho, e o denominador, segundo o local de residência (isto pode enviesar o indicador, sobrestimando o seu valor em concelhos que são um destino importante de migrações pendulares); (4) o denominador do IQP é uma segunda escolha, já que não havia para 2008 informação sobre o emprego total por concelho, colocando todos os ramos de actividade. Diferentes rácios emprego/população 25-64 anos, em diferentes concelhos, podem assim prejudicar o significado do indicador.

Face a estas razões, a nossa lista de concelhos industriais, foi construída cruzando informação relativa aos dois indicadores.

Após o cálculo destes dois rácios preliminares, resultou a selecção dos respectivos concelhos industriais, onde o exercício realizado foi comparar e reter os concelhos industriais comuns apurados nas duas listas referentes aos dois indicadores. Desta filtragem de dados (IC/IQP), resultaram 41 concelhos industriais (Portugal continental) e 237 concelhos não industriais (Portugal continental).

Para a definição dos concelhos industriais com base no IC, os concelhos seleccionados como sendo concelhos industriais, foram todos aqueles cujo rácio calculado por esse procedimento, apresentou valores iguais ou superiores a 25%.

Quadro 1 - Concelhos industriais segundo o IC

Viana do Castelo	Águeda
Vila Nova de Cerveira	Albergaria-a-Velha
Barcelos	Anadia
Braga	Aveiro
Esposende	Ílhavo
Vila Verde	Mealhada
Fafe	Oliveira do Bairro
Guimarães	Ovar
Póvoa do Lanhoso	Sever do Vouga

Vila Nova de Famalicão	Vagos
Vizela	Figueira da Foz
Santo Tirso	Batalha
Trofa	Leiria
Espinho	Marinha Grande
Gondomar	Porto de Mós
Maia	Oliveira do Hospital
Póvoa do Varzim	Tábua
Valongo	Ansião
Vila do Conde	Castanheira de Pêra
Vila Nova de Gaia	Carregal do Sal
Castelo de Paiva	Mangualde
Felgueiras	Nelas
Lousada	Oliveira de Frades
Paços de Ferreira	Seia
Paredes	Manteigas
Penafiel	Vila Velha de Ródão
Arouca	Belmonte
Santa Maria da Feira	Covilhã
Oliveira de Azeméis	Alcobaça
São João da Madeira	Alcanena
Vale de Cambra	Constância
Vendas Novas	

Para a definição dos concelhos industriais com base no IQP, os concelhos seleccionados foram todos aqueles cujo rácio calculado para este ano, apresentou valores iguais ou superiores a 15%.

Quadro 2 - Concelhos industriais segundo o IQP

Arcos de Valdevez	Águeda
Viana do Castelo	Oliveira do Bairro

Vila Nova de Cerveira	Marinha Grande
Amares	Oliveira de Frades
Barcelos	Constância
Braga	Palmela
Esposende	Sines
Vila Verde	Campo Maior
Fafe	Vendas Novas
Guimarães	Vila Viçosa
Póvoa de Lanhoso	Castro Verde
Santo Tirso	Benavente
Trofa	Rio Maior
Vila Nova de Famalicão	Loulé
Vizela	Paços de Ferreira
Maia	Paredes
Vila do Conde	Penafiel
Amarante	Arouca
Baião	Oliveira de Azeméis
Castelo de Paiva	São João da Madeira
Felgueiras	Vale de Cambra
Lousada	Boticas
Marco de Canaveses	

A definição destas percentagens de determinação dos concelhos industriais, em cada indicador, foi definida tendo como ponderação o resultado dos rácios calculados para os concelhos considerados historicamente como industriais.

Após esta determinação, houve concelhos que segundo o IC, apresentavam valores susceptíveis de serem considerados concelhos industriais. No entanto, face a 2008, estes valores após cálculo do respectivo rácio, não correspondiam à percentagem de selecção (15%), susceptíveis de serem considerados concelhos industriais. Nestes casos, os concelhos que segundo os censos eram considerados industriais, e posteriormente em 2008 não figuravam nesta categoria, foram retirados da lista final dos 41 concelhos industriais retidos para a respectiva análise.

Por regra os concelhos industriais segundo o IQP, não confirmados a partir do IC foram suprimidos da análise. Palmela e Sines foram as exceções, justificadas por se saber tratar-se de importantes pólos industriais. Porventura tal não transparece do IC por se tratar de concelhos pequenos, em que uma parte dos que trabalham na indústria desses municípios podem residir em concelhos vizinhos.

Segundo o IC, dos 278 municípios considerados para a análise, 63 eram concelhos industriais. Já com base no IQP, dos 278 municípios considerados para a análise, 52 eram concelhos industriais. Destes 52 concelhos, procedeu-se à exclusão de 12 concelhos da lista final: Campo Maior, Vila Viçosa, Castro Verde, Benavente, Rio Maior, Loulé, Arcos de Valdevez, Amares, Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Boticas, devido ao facto de se presumir que o sector de actividade secundário ao qual a sua economia esta afecta, não seja a industria transformadora, mas sim, a construção ou a industria extractiva. Nestes casos, estes concelhos foram retirados da lista final dos 41 concelhos industriais.

Quadro 3 - Lista final dos 41 concelhos industriais

Viana do Castelo	Paredes
Vila Nova de Cerveira	Penafiel
Barcelos	Arouca
Braga	Oliveira de Azeméis
Esposende	Santa Maria da Feira
Vila Verde	São João da Madeira
Fafe	Vale de Cambra
Guimarães	Águeda
Póvoa do Lanhoso	Oliveira do Bairro
Santo Tirso	Ovar
Trofa	Sever do Vouga
Vila Nova de Famalicão	Batalha
Vizela	Leiria
Maia	Marinha Grande
Póvoa do Varzim	Oliveira de Frades

Vila do Conde	Alcobaça
Vila Nova de Gaia	Constância
Castelo de Paiva	Palmela
Felgueiras	Sines
Lousada	Vendas Novas
Paços de Ferreira	

Apenas um concelho foi incluído nesta lista final, apesar de no IQP, ter apresentado um ténue valor. Este concelho foi Leiria. Esta inclusão deveu-se às suas características históricas e sócio-económicas, de relação e ligação contígua à indústria transformadora. Em 2001, este concelho apresentou valores, onde o seu rácio indicava claramente ser um concelho industrial. Mas á semelhança do que acontece actualmente neste e noutros concelhos começa a desenvolver-se um processo (tendencial) de desindustrialização, invertendo a tendência apresentada em 2001, onde o valor do seu rácio era coincidente com um concelho industrial. Todavia, por razões já explanadas, tinha todo o sentido e interesse para esta análise e para este estudo, incluir este concelho na lista final dos 41 concelhos industriais.

Após esta determinação dos concelhos industriais em Portugal, na secção seguinte será possível aferir até que ponto em Portugal é uma vantagem ou desvantagem ser um concelho industrial.

4. Até que ponto em Portugal é uma vantagem ou desvantagem ser um concelho industrial?

Mediante a construção dos dois indicadores (IC e IQP) na secção anterior, foi possível a identificação dos concelhos industriais em Portugal. Identificados e seleccionada a lista dos 41 concelhos industriais será assim possível analisar estes concelhos objecto de estudo desta dissertação. Como tal, nesta secção serão analisados um conjunto de indicadores de forma a apurar a (des) vantagem de ser um concelho industrial.

Observámos a posição dos concelhos industriais segundo um conjunto de indicadores de âmbito, económico-social, ambiental, cultural, saúde e educação.

Para todos os indicadores, calculou-se o valor médio do Continente. Face a este valor, observou-se quantos concelhos industriais estavam acima desse valor médio, e calculou-se a percentagem em função dos 41 concelhos que classificámos como industriais.

O mesmo procedimento foi efectuado para os outros 237 concelhos do Continente que não incluímos nesse grupo dos concelhos industriais comparando as duas percentagens.

Como os concelhos não industriais correspondiam a realidades muito diversas, decidimos dividir este grupo em dois sub-grupos. O primeiro, formado pelos concelhos não industriais localizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ainda as capitais de distrito. O segundo, formado pelos concelhos não industriais excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito (a que podemos chamar por simplificação concelhos não industriais rurais).

Para além de olharmos para o número de concelhos com valores acima da média do Continente, porque estes podem ter dimensões muito diferentes, repetimos os nossos cálculos tendo em conta a população dos concelhos. Ou seja, para os concelhos industriais e para o indicador *i*, calculou-se a população dos concelhos com um registo acima da média segundo *i*, em percentagem da população total dos concelhos industriais. Procedeu-se do mesmo modo para o grupo dos concelhos não industriais e respectivos sub-grupos.

De entre um conjunto de indicadores centrados nas dimensões escolhidas e já referidas, foram seleccionados cinco indicadores principais, considerados serem os mais relevantes para a análise comparativa, os quais examinaremos com mais detalhe nesta secção.

Estes indicadores são o Ganho médio mensal (€), que foi extraído dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, tendo os dados como período de referência o ano de 2007, o Indicador *per capita* do poder de compra, segundo o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio do Instituto Nacional de Estatística (2007), os médicos por 1000 habitantes retirado do Instituto Nacional de Estatística, tendo neste caso os dados como período de referência o ano de 2009, a Taxa

de abandono escolar (%) segundo os censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística, e a Taxa de desemprego registado nos concelhos (%).

O desemprego foi apurado a partir do desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo sido calculado um rácio entre o desemprego médio por concelho de Junho de 2009 a Maio de 2010 (foi considerado um ano por inteiro, para evitar problemas ao nível da sazonalidade) e a população residente 25-64 anos estimada para 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística, relativizando desta forma este indicador.

De facto, estes cinco indicadores foram considerados os mais pertinentes e os melhores dotados de uma capacidade para abordar as dimensões mais importantes (económico-social, educação e saúde), de modo a apurar a (des) vantagem comparativa de ser um concelho industrial ou não industrial.

Efectivamente o desemprego é o indicador que tem um peso superior para esta análise, pois como pudemos evidenciar na secção dois, este indicador desempenha um papel chave no processo de desindustrialização, caracterizado por inevitáveis perdas de emprego, com todas as suas consequências inerentes, como que de um processo em cadeia se tratasse, e que efectivamente se evidencia.

Independentemente das causas da desindustrialização, mesmo que este processo seja sugerido como benévolo, no sentido que decorre de um aumento de produtividade, no curto-prazo ele gera consequências evidentes, nomeadamente desemprego.

Quadro 4 – Concelhos industriais e Concelhos não industriais: principais indicadores comparativos

		Ganho médio mensal (2007)	Poder de compra per capita (2007)	Médicos por 1000hab (2009)	Taxa de abandono escolar (2001)	Taxa de desemprego registado (2009/2010)
N.º de concelhos com valores acima da média (%)	Concelhos industriais	12,20%	14,63%	9,80%	48,78%	48,80%
	Concelhos não industriais	7,59%	11,81%	8,02%	47,26%	36,29%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	38,24%	61,76%	44,11%	14,71%	41,18%

	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	2,46%	3,45%	1,97%	53,69%	35,47%
População dos concelhos com valor acima da média (%)	Concelhos industriais	9,70%	16,87%	25,86%	45,75%	65,38%
	Concelhos não industriais	34,52%	34,96%	25,85%	23,05%	35,84%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	58,97%	56,05%	43,70%	5,69%	31,15%
	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	3,20%	7,94%	3,03%	45,29%	41,85%

- Ganho médio mensal (2007)

Em 12,20% dos concelhos industriais verifica-se um ganho médio mensal superior á média do Continente, enquanto tal só acontece em 7,59% dos concelhos não industriais. No entanto, estes 7,59% dos concelhos não industriais abarcam 34,52% da população que reside neste tipo de concelhos, enquanto os concelhos industriais com ganho médio mensal mais elevado representam somente 9,70% da população residente nesses concelhos.

Se verificarmos os concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas capitais de distrito, evidencia-se um ganho médio mensal superior aos dos concelhos industriais, onde 38,24% dos concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas capitais de distrito, evidenciam um valor superior á média do Continente. Estes 38,24% destes concelhos representam 58,97% da população que reside neste tipo de concelhos.

Apenas face aos concelhos não industriais localizados excepto nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas capitais de distrito (concelhos não industriais rurais), é que os concelhos industriais levam vantagem.

Concluiu-se pois que os concelhos industriais têm uma vantagem em termos de Ganho Médio Mensal, em relação aos concelhos não industriais rurais, mas em relação aos concelhos urbanos localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, o ser industrial não parece constituir uma vantagem.

Grande parte da população que reside nos concelhos urbanos não industriais usufrui de um ganho médio mensal superior á média, enquanto tal só acontece em menos de 10% dos concelhos industriais.

Uma possibilidade que não pode ser excluída nos concelhos industriais é que o risco de desindustrialização e consequente perda de emprego, seja um dado ou um factor de pressão no sentido de baixos salários.

- Poder de compra *per capita* (2007)

Em 14,63% dos concelhos industriais verifica-se um poder de compra *per capita* superior á média do Continente, enquanto tal só acontece em 11,81% dos concelhos não industriais. No entanto estes 11,81% de concelhos não industriais abarcam 34,96% da população que reside neste tipo de concelhos, enquanto os concelhos industriais com poder de compra *per capita* mais elevado representam somente 16,87% da população residente nesse tipo de concelhos.

Se verificarmos os concelhos não industriais das áreas metropolitanas e as capitais de distrito, verifica-se um poder de compra superior aos dos concelhos industriais, onde 61,76% dos concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas e as capitais de distrito, evidenciam um valor superior á média do Continente. Estes 61,76% destes concelhos, representam 54,05% da população que reside neste tipo de concelhos.

Apenas face aos outros concelhos não industriais, excepto as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, é que os concelhos industriais levam alguma vantagem.

Concluiu-se que os concelhos industriais têm uma vantagem em relação aos concelhos não industriais rurais, mas em relação aos concelhos urbanos localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, o ser industrial não constitui uma vantagem.

O baixo poder de compra pode ser consequência directa do baixo ganho médio mensal, mas pode também derivar de efeitos indirectos. Quem trabalha nos serviços locais que servem a população industrial é indirectamente afectado pelo baixo rendimento desta população.

- Médicos por 1000 habitantes (2009)

Em 9,80% dos concelhos industriais, verificou-se um valor de médicos por 1000 habitantes superior á média do Continente, enquanto tal só acontece em 8,02% dos concelhos não industriais. No entanto, estes 8,02% dos concelhos não industriais abarcam 25,85% da população que reside neste tipo de concelhos, enquanto os concelhos industriais com um número de médicos por 1000 habitantes mais elevado representam 25,86% da população residente neste tipo de concelhos, ou seja, percentagens praticamente idênticas.

Se verificarmos porém os concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, verificamos um número de médicos por 1000 habitantes superior aos dos concelhos industriais, onde 44,11% dos concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas e as capitais de distrito evidenciam um valor superior á média do Continente. Estes 44,11% destes concelhos representam 43,70% da população que reside neste tipo de concelhos.

Apenas face aos concelhos não industriais rurais, isto é, exceptuando as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, é que os concelhos industriais levam alguma vantagem.

Neste indicador não é tão claro quanto nos outros que os concelhos industriais sejam menos beneficiados, havendo aqui um maior equilíbrio, pelo menos quando se considera o conjunto dos concelhos industriais, em resultado da clara desvantagem dos concelhos rurais face aos outros grupos.

- Taxa de abandono escolar (2001)

Em 48,78% dos concelhos industriais verifica-se uma taxa de abandono escolar superior á media do continente, enquanto tal só acontece em 47,26% dos concelhos não industriais. No entanto estes 47,26% dos concelhos não industriais abarcam somente 23,05% da população que reside neste tipo de concelhos, enquanto os concelhos industriais com uma taxa de abandono escolar mais elevada representam 45,75% da população residente neste tipo de concelhos.

Se verificarmos os concelhos não industriais urbanos localizados nas áreas metropolitanas e as capitais de distrito, verifica-se uma taxa de abandono escolar inferior aos dos concelhos industriais, onde somente 14,71% dos concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, evidenciam um valor superior á média do Continente. Estes 14,71% destes concelhos, representam unicamente 5,69% da população que reside neste tipo de concelhos.

Apenas face aos concelhos rurais não industriais, exceptuando os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, é que os concelhos industriais conseguem alguma semelhança comparativa, e mesmo esta pouco saliente, face ao número de concelhos, pois em termos da população dos concelhos, estes dois grupos efectivam valores bastante análogos.

Concluiu-se que os concelhos industriais têm uma ténue vantagem em relação aos concelhos não industriais rurais, exceptuando os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, comparativamente ao número de concelhos, no entanto esta vantagem não se afigura se a análise se efectuar ao nível da população dos concelhos, onde existe uma igualdade de resultados. Em relação aos concelhos urbanos localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, o ser industrial não constitui uma vantagem.

Neste indicador é possível que o prejuízo para os concelhos industriais não decorra tanto do processo de desindustrialização, até porque se trata ainda de um indicador referente a 2001, derivado dos censos, mas da própria pressão que existe sobre o abandono escolar, face a uma oferta relativamente abundante de empregos pouco qualificados, que caracteriza muita da indústria portuguesa.

- Taxa média de desemprego registado (Junho de 2009/Maio de 2010)

Em 48,80% dos concelhos industriais verifica-se uma taxa média de desemprego superior á média do Continente, enquanto tal só acontece em 36,29% dos concelhos não industriais. Estes 36,29% dos concelhos não industriais abarcam no entanto somente 35,84% da população que reside neste tipo de concelhos, enquanto os concelhos

industriais com uma taxa média de desemprego mais elevado representam 65,38% da população residente neste tipo de concelhos.

Se verificarmos os concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, verifica-se aqui também uma taxa média de desemprego inferior aos dos concelhos industriais, onde 41,18% dos concelhos não industriais localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito evidenciam um valor superior á média do Continente. Estes 41,18% destes concelhos, representam contudo somente 31,15% da população que reside neste tipo de concelhos.

Face aos concelhos não industriais rurais, excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, os concelhos industriais demonstram clara desvantagem, quer analisando face ao número de concelhos, quer face á população dos mesmos. Em 35,47% dos concelhos não industriais rurais, excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto a as capitais de distrito, 41,85% representam a população destes concelhos, face aos 48,80% dos concelhos industriais que representam 65,38% da população destes concelhos. Esta desvantagem é ainda mais evidente do que quando a comparação é feita com os concelhos urbanos localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito.

Efectivamente o desemprego é o indicador que melhor caracteriza o fenómeno da desindustrialização. Com efeito, os concelhos industriais são aqueles que estão mais sujeitos a este fenómeno que leva a um conseqüente e inevitável desemprego

Para além do fenómeno mais estrutural da desindustrialização, o sector industrial está também mais sujeito às oscilações conjunturais, mais ou menos cíclicas, ao nível do desempenho económico e das variações dos preços das matérias-primas, tornando o sector industrial mais exposto e um alvo efectivo das crises económicas.

Seja por ajustamentos operacionais das empresas industriais num primeiro momento (redução do número de trabalhadores), em resposta ao carácter mais ou menos cíclico do desempenho económico, seja pelo próprio processo de desindustrialização, que como já verificamos em primeira instância uma das suas principais conseqüências é o desemprego, é evidente que ser um concelho industrial do ponto de vista do desemprego é uma desvantagem.

Certamente a população residente nos concelhos é mais relevante que o número dos mesmos concelhos para a nossa análise, existindo uma evidente desvantagem em ser um concelho industrial em todos os principais indicadores, exceptuando talvez os médicos por 1000 habitantes, onde há uma relativa igualdade entre os concelhos industriais e os concelhos não industriais.

Mesmo comparando os concelhos industriais, com os não industriais, retirando os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito (concelhos não industriais rurais), os concelhos industriais não evidenciam um grande desempenho. Nomeadamente ao nível da taxa de desemprego registado, indicam valores francamente negativos, e não conseguem melhor que uma paridade no que respeita à taxa de abandono escolar. Nos outros indicadores contudo, os concelhos industriais parecem beneficiar de um maior bem-estar, comparativamente a este reduzido grupo de concelhos não industriais (concelhos não industriais rurais).

Os quadros 5 e 6 apresentam um conjunto de indicadores, complementares aos presentes no quadro 4. Desta forma, o objectivo é complementar a análise efectuada abordando outras dimensões de análise. Serão abordados muito sumariamente, outros dez indicadores para que a análise comparativa seja a mais completa possível.

Com efeito as dimensões ambientais e culturais e outras, foram assim adicionadas, complementando as dimensões económico-social, educação e de saúde.

Como tal, são analisados e comparados, a Taxa de criminalidade (‰) retirada da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, tendo os dados como período de referência o ano de 2009, os Resíduos urbanos recolhidos por habitante (K_g /hab.), retirado do Instituto Nacional de Estatística, tendo os dados como período de referência o ano de 2005, as Despesas em ambiente dos municípios *per capita* (€/hab.), retiradas do Instituto Nacional de Estatística, tendo os dados como período de referência o ano de 2008, as Despesas em cultura e desporto dos municípios *per capita* (€/hab.), retiradas do Instituto Nacional de Estatística, tendo os dados como período de referência o ano de 2008, relativizadas pela população residente para cada município em 2009 (INE), a População servida por sistemas de abastecimento de água (%), tendo os dados como período de referência o ano de 2005 (INE), a População servida por estações de tratamento de águas residuais (%), tendo os dados como período de referência o ano de 2005 (INE), o Volume de negócios por empresa (milhares de euros), tendo os dados

como período de referência o ano de 2007 (INE), os Beneficiários do rendimento social de inserção (%), tendo os dados como período de referência o ano de 2008 (INE), relativizados pela população residente para cada município 25-65 anos em 2009 (INE), os Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes, tendo os dados como período de referência o ano de 2008 (INE), e finalmente a Densidade de empresas (N.º/Km²), tendo os dados como período de referência o ano de 2007 (INE).

Quadro 5 – Outros indicadores de comparação entre os Concelhos Industriais e os Concelhos Não Industriais (1)

		Taxa de criminalidade (%) (2009)	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (2005)	Despesas em ambiente dos municípios per capita (2008)	Despesas em cultura e desporto dos municípios (2008)	População servida por estações de tratamento de águas residuais (2005)
N.º de concelhos com valor acima da média (%)	Concelhos industriais	12,20%	24,39%	26,83%	26,83%	39,02%
	Concelhos não industriais	20,25%	36,29%	40,93%	61,60%	48,52%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	41,18%	58,82%	55,88%	32,35%	76,47%
	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	16,75%	32,51%	38,42%	66,50%	43,84%
População dos concelhos com valor acima da média (%)	Concelhos industriais	4,93%	14,46%	29,90%	19,49%	42,91%
	Concelhos não industriais	34,84%	53,10%	44,60%	36,75%	64,63%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	44,21%	66,03%	54,90%	22,38%	81,88%
	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	22,83%	36,50%	31,40%	55,16%	42,52%

Quadro 6 - Outros indicadores de comparação entre os Concelhos Industriais e os Concelhos Não Industriais (2)

		População servida por sistemas de abastecimento de água (2005)	Volume de negócios por empresa (2007)	Beneficiários do RSI (2008)	Pensionistas da SS por 1000hab. (2008)	Densidade de empresas (2007)
N.º de concelhos com valor acima da média (%)	Concelhos industriais	43,90%	31,71%	26,83%	26,13%	80,49%
	Concelhos não industriais	83,54%	8,86%	46,84%	77,64%	27,00%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	94,12%	23,53%	47,06%	41,20%	79,41%
	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	81,77%	6,40%	46,80%	83,74%	18,23%
População dos concelhos com valor acima da média (%)	Concelhos industriais	43,44%	22,75%	35,97%	11,85%	96,25%
	Concelhos não industriais	86,76%	28,16%	41,76%	48,95%	67,96%
	Concelhos não industriais áreas metropolitanas e capitais de distrito	94,90%	44,17%	46,22%	33,84%	92,63%
	Concelhos não industriais excepto áreas metropolitanas e capitais de distrito	76,32%	7,66%	36,05%	68,30%	36,37%

Face a este conjunto de dez indicadores, na generalidade existe uma desvantagem relativamente clara em ser um concelho industrial. No entanto, há a ressaltar que relativamente á Taxa de criminalidade (%), Beneficiários do rendimento social de inserção, Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes e Densidade de empresas, existe uma vantagem dos concelhos industriais face aos concelhos não industriais.

Todavia analisando a globalidade dos indicadores expostos e analisados, concluímos que ser um concelho industrial não se afigura hoje uma vantagem. Com efeito, face aos principais indicadores analisados (quadro 4), esta é a conclusão que resalta. É verdade que neste mesmo grupo de indicadores, os concelhos industriais têm uma vantagem relativa face aos concelhos não industriais rurais, excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto as capitais de distrito, como são o caso do Ganho médio mensal, Poder de compra *per capita*, Médicos por 1000 habitantes e Taxa de abandono escolar.

Contudo, face ao principal indicador, em termos simbólicos do fenómeno da desindustrialização, os concelhos industriais, mesmo comparados face aos concelhos não industriais rurais, excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, apresentam uma desvantagem.

Ao compararmos os concelhos industriais, com os concelhos não industriais urbanos, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, os concelhos industriais apresentam clara desvantagem.

Em todos os principais indicadores, os presentes no quadro 4, esta é a principal tendência que se verifica.

Analisando os indicadores presentes nos quadros 5 e 6, é manifesto a desvantagem que os concelhos industriais levam face aos concelhos não industriais. Esta é ainda mais visível relativamente aos concelhos não industriais urbanos, localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito.

5. Conclusão

A tendência de desindustrialização que se reflecte a nível internacional, mas especificamente ao nível regional, é um facto e uma evidência.

O carácter internacional e transnacional padronizado pela globalização da economia, levou com efeito, a um acompanhar de tendências e de manifestações recíprocas entre Continentes, Estados e Regiões.

Uma dessas manifestações e tendências verificada e perspectivada é a desindustrialização que os países desenvolvidos do hemisfério Norte se deparam.

No seguimento desta dissertação, pudemos verificar que este fenómeno temido e inevitável, a par das suas consequências francamente negativas, e das quais não podemos desvirtuar e dissipar, representa uma tendência futura de reorganização do dinamismo e processos económicos rumo ao progresso económico, e a uma economia baseada e caracterizada pelos serviços.

É certo porém, que estes ajustamentos, no curto-prazo, têm consequências e impactos negativos ao nível económico e social, nomeadamente ao nível regional.

Contudo, no médio e longo-prazo, estes ajustamentos poderão trazer um novo progresso económico, com a substituição da importância relativa do sector industrial pelo sector terciário.

Não é a primeira vez na história que assistimos a um ajustamento deste nível. No passado um ajustamento estrutural foi também verificado com a revolução industrial no século XVIII. Aqui a alteração e transformação económica e social, foi ao nível da agricultura, passando de uma economia sustentada e com um peso relativo superior da agricultura, para uma economia baseada na indústria.

Este ajustamento trouxe profundas mudanças e transformações ao nível económico e social, onde no curto-prazo, consequências negativas se verificaram ao nível dos territórios, das suas populações e da sua economia.

No entanto, actualmente verificamos que essas transformações foram benévolas e essenciais para atingir o progresso e o bem-estar ao nível económico e social.

O mesmo processo e a mesma transformação de ajustamento se verificam actualmente, com a passagem de uma economia baseada na indústria, para os serviços.

Ora é esta temática, que esta dissertação pretende analisar, e em concreto o caso português, ao nível dos seus concelhos, estudando os concelhos industriais em Portugal.

Para este estudo, procedeu-se a uma determinação de quais os concelhos industriais em Portugal, para que posteriormente, mediante um conjunto de indicadores, pudéssemos apurar a (des) vantagem de actualmente ser um concelho industrial em Portugal.

Estes indicadores foram escolhidos tendo em conta um conjunto de abrangências: económicas, sociais, saúde, cultura, ambiente e educação, para que o apuramento do âmbito do estudo desta dissertação fosse a mais fidedigna possível.

Face a este conjunto de indicadores, na generalidade existe uma desvantagem relativamente clara em ser um concelho industrial.

No entanto, existem indicadores onde os concelhos industriais têm alguma vantagem face aos concelhos não industriais.

Todavia, analisando a globalidade dos indicadores presentes nesta dissertação, concluímos que ser um concelho industrial não se afigura hoje uma vantagem.

Uma ressalva há a fazer que se prende com a vantagem que em determinados indicadores os concelhos industriais têm uma vantagem relativa face aos concelhos não industriais rurais, excepto os localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito.

Ao compararmos os concelhos industriais, com os concelhos não industriais urbanos, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, os concelhos industriais apresentam clara desvantagem.

É evidente que em todos os principais indicadores (quadro 4) esta é a principal tendência que se verifica.

Mais evidente, quando face ao principal indicador, caracterizador do fenómeno da desindustrialização - a taxa de desemprego registado por concelho - os concelhos industriais, mesmo comparados com os concelhos não industriais rurais, excepto os

localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito, apresentam uma desvantagem.

Olhando e analisando os indicadores presentes nos quadros 5 e 6, é notória a desvantagem que os concelhos industriais têm face aos concelhos não industriais.

Esta desvantagem ainda em se torna mais acentuada relativamente aos concelhos não industriais urbanos, localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as capitais de distrito.

Apesar de esta dissertação demonstrar que actualmente é uma desvantagem em Portugal ser um concelho industrial, devemos ressaltar o carácter estático desta análise. Apesar de hoje a indústria evidenciar face á análise efectuada nesta dissertação, uma desvantagem, não quer dizer que do ponto de vista histórico esta não tenha sido importante para os concelhos industriais.

Muitos destes concelhos não sendo centros administrativos, se não tivessem beneficiado do factor industria, possivelmente seriam concelhos rurais.

Ao beneficiarem em dado momento histórico da instalação de indústrias no seu território, estes concelhos beneficiaram de um importante desenvolvimento económico. Ao invés de outros concelhos, que não beneficiaram desta instalação e o facto de não serem centros administrativos e não se localizarem nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, caracterizaram-se por serem concelhos rurais.

O facto de os concelhos urbanos se localizarem nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ou o facto de serem capitais de distrito, este factor, actuou como pólo de captação e atracção de determinados serviços, como por exemplo universidades e hospitais centrais, que impulsionaram o desenvolvimento económico destes concelhos.

Esta análise histórica ficou contudo fora de âmbito desta dissertação, deixando em aberto para um futuro estudo esta possibilidade.

Bibliografia

Banasick, Shawn; Hanham, Robert (2007) Regional Decline of Manufacturing Employment in Japan during an Era of Prolonged Stagnation, N. °42:4, *Regional Studies*.

Brady, David; Wallace, Michael (1998) Deindustrialization and Poverty: Manufacturing Decline and AFDC Reciprocity in Lake County, Indiana 1964-93, *Sociological Forum*, Vol.16, N.º 2, 1998.

Commission of the European Communities (2004) Fostering structural change: an industrial policy for an enlarged Europe, Communication from the Commission, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0274:FIN:en:PDF>

Cowling, Keith; Tomlinson, Philip (2001) The Problem of Regional “Hollowing Out” in Japan: Lessons for Regional Industrial Policy, N.º 625, *Warnick Economic Research Papers*.

Cuadrado-Roura, J.R.; Iglesias-Fernández, C., Lorente-Heras, R.I. (2002) Does Tertiarization Explain Differences in Labour Market Behaviour?: A Cross National Approach to European Union, Comunicação apresentada no Xº Congresso da ERSA, Alemanha Dortmund.

Digaetano, Alan; Lawless, Paul (1999) Urban Governance and Industrial Decline: Governing Structures and Policy Agendas in Birmingham and Sheffield, England, and Detroit, Michigan, 1980-1997, 34; 546 *Urban Affairs Review*.

Genaro, Dolores; Melchor, Elias (2009) The impact of the tertiarization process in Spanish economic growth from a regional perspective, Vol. 30:3, *The Service Industries Journal*.

Gornig, Martin (2005) Polarization of Economic Potential – the impact of Tertiarization and Europeanization on Cities, *German Journal of Urban Studies*, Vol 44.

Haugen, John (2005) The Inevitability of Regional Variation in the United Kingdom, *The Park Place Economist*, Vol. XIII.

Marquis, Milton; Trehan, Bharat (2009) Relative productivity growth and the secular “decline” of U.S. manufacturing, N.º50, 2009, *The Quarterly Review of Economics and Finance*.

Rowthorn, Robert; Ramaswamy, Ramana (1997) Deindustrialization: Causes and Implications, *International Monetary Fund Working Paper* WP/97/42

Rowthorn, Robert; Ramaswamy, Ramana (1999) Growth, Trade and Deindustrialization, Vol 46, N.º1 *IMF Staff Papers*.

Souza, Nali (2009) Desindustrialização e leis de Kaldor: Evolução da produtividade industrial do Brasil 1980/2008, Vol 11, N.º 19, *Revista de Desenvolvimento Económico*.

The Economist (2005) Industrial metamorphosis: Manufacturing employment, Setembro.

The Economist (1997) Its’s Wise to Deindustrialise, Abril.